

## **Diagnóstico dos Direitos Humanos é apresentado na ALMG**

Minas Gerais é o primeiro Estado do Brasil a ter um diagnóstico qualitativo e quantitativo de indicadores dos Direitos Humanos. O estudo, elaborado pelo Observatório de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), foi apresentado nesta terça-feira (9/12/08) no Teatro da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, durante reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos. O objetivo é que ele se torne uma ferramenta de trabalho para desenvolvimento de ações.

Inéditos, os dados foram organizados a partir de informações coletadas junto a instituições oficiais sobre cinco temas: socioeconômico, mulher, negro, violência e criança e adolescente. Com base nessas informações, a garantia dos direitos humanos foi classificada como alta, boa, média, baixa e precária. Segundo a Sedese, para elaboração do índice de garantia dos direitos humanos foi utilizado como modelo o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos (SIM-DH), desenvolvido na cidade de São Paulo. Em Minas, a diferença é que o modelo foi aplicado em todos os 853 municípios. A pesquisa será publicada a cada dois anos. A primeira servirá como parâmetro para as próximas publicações.

A diretora do Observatório de Direitos Humanos, Raquel Brandão, informou que o estudo estará disponível no site da Sedese ([www.sedese.mg.gov.br](http://www.sedese.mg.gov.br)). "Em 2009, lançaremos a publicação impressa. Pretendemos que essa iniciativa enriqueça a luta, crie novas políticas e melhore as já existentes", disse. "Podemos dizer que o primeiro passo foi dado. Hoje, temos dados com rigor técnico e que poderão ser analisados sob o prisma dos Direitos Humanos", disse a superintendente de Integração de Política de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Márcia Martini. "Dados que eram divulgados de forma fragmentada, agora foram consolidados. Este diagnóstico vai fazer com que aumente o controle da sociedade civil, do parlamento, das prefeituras", comentou o sub-secretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, João Batista de Oliveira.

### **Deputado elogia iniciativa e cobra dados da Polícia Militar de Minas Gerais**

"Quem faz dos Direitos Humanos mais que uma bandeira de luta, um compromisso com a vida, tem nas mãos um instrumento precioso. Essa é uma luta constante, permanente", afirmou o deputado Durval Ângelo (PT). Ele ressaltou, no entanto, que alguns dados dever ser analisados com relatividade. "Na questão racial, por exemplo, devemos lembrar que a miséria, em geral, iguala negros e brancos. Quando falamos de gênero, é importante perceber que, em muitos locais, ainda está vigente a cultura do silêncio: mulheres que não denunciam os abusos sofridos, informações que não chegam ao aparelho do Estado", observou Durval.

O deputado citou a falta de dados da Polícia Militar, que não apresentou informações sobre a letalidade em confrontos com a polícia, por exemplo. "Não

foi por falta de números, mas porque há muitos dados contraditórios. Dados da ouvidoria informam que a polícia matou duas vezes mais em 2007, em comparação com 2006. Minas Gerais não assinou o pacto sobre a tortura. Não faz parte da estatística nacional e, inclusive, está perdendo verba por isso", comentou, avisando que apresentará um requerimento pedindo que a Sedese complemente o diagnóstico com os dados oficiais da Ouvidoria sobre a letalidade das polícias mineiras.

**Números** - Entre os dados apresentados, 14 municípios apresentam alta garantia dos direitos, enquanto nove deles têm precária garantia (o pior índice). Cerca de metade dos municípios ficam na média dos indicadores. "O mais importante é que esses números não são para comparar com outros Estados, mas para melhorar o nosso próprio", disse o diretor do Instituto DH, João Batista Moreira Pinto, que apresentou o diagnóstico.

Os temas apresentados na pesquisa revelaram mapas bastante diferentes. Enquanto o mapa da violência tem números bem difusos, o que se refere aos aspectos socioeconômicos mostrou realidades distintas entre o Norte e o Sul do Estado. No Norte, a maioria dos municípios (73%) se encontra em situação bastante vulnerável, predominando as garantias precária e baixa. Na região Sul, a situação é contrária, com 37% dos municípios registrando alta garantia. O mapa da violência mostra que a maior incidência de indicadores de alta e boa garantia está nas macro-regiões Sul (boa 32%; alta 20%), Zona da Mata (boa 20%; alta 23%) e macrorregião Central (boa 20% e 27% alta).

## **Minas divulga situação dos direitos humanos no Estado**

09 de Dezembro de 2008

Minas Gerais ganhou uma importante ferramenta de trabalho para desenvolver ações que assegurem os direitos humanos nos 853 municípios do Estado. Nesta terça-feira (9), foi divulgado um relatório pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos, que apresenta dados inéditos, coletados junto a instituições oficiais a partir de cinco dimensões: socioeconômica, mulher, negro, violência e criança e adolescente.

Com base nessas informações, a garantia dos direitos humanos foi classificada como alta, boa, média, baixa e precária. Para elaboração do índice de garantia dos direitos humanos foi utilizado como modelo o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos (SIM-DH), desenvolvido na cidade de São Paulo. Em Minas, a diferença é que o modelo foi aplicado em todos os 853 municípios.

O secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Social, Juliano Fisicaro, falou, durante entrevista coletiva, que a preocupação do Governo de Minas foi a de elaborar um relatório com foco nas regiões como um todo. "Temos a preocupação de melhorar os municípios que estão na condição precária e

baixa e aperfeiçoar os que apresentam boas condições. O Estado desenvolve várias ações voltadas para estes indicadores e o relatório é o primeiro passo para avaliação futura dessas políticas já realizadas. Não podemos pensar em cada município isoladamente, pois as políticas públicas serão direcionadas para as regiões", diz.

O subsecretário de Direitos Humanos, João Batista de Oliveira, ressaltou a importância da elaboração do relatório. "A partir de uma análise qualitativa dos dados, será possível coordenar e articular o atendimento às regiões mais prejudicadas e dessa forma mudar a situação daqueles mais prejudicados".

A pesquisa será publicada a cada dois anos. A primeira servirá como parâmetro de comparação para as próximas publicações.

## **Negro**

Quanto à garantia dos direitos dos negros, a primeira análise foi feita no Norte de Minas. Foram encontrados com precária condição apenas 3,37% dos municípios, enquanto 38% das cidades são identificadas com índices de alta garantia.

Realidade semelhante foi encontrada na macrorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, onde é considerável o número de municípios que apresentam os indicadores alto e bom (33% e 36%, respectivamente), contrastando com a quase desprezível incidência de indicadores de baixa ou precária garantias (3,03% e 1,52%, respectivamente).

A dimensão "negro" foi analisada com base em três indicadores (1° - comparação entre o percentual de negros que recebem até um salário mínimo e o percentual de não negros que recebem até um salário mínimo; 2° - total de mulheres negras de 10 a 17 anos, com filhos, em relação ao total de mulheres de 10 a 17 anos, com filhos, nos municípios; 3° - diferencial nos percentuais de analfabetos das populações declaradas negras e não negras).

## **Socioeconômico**

Foram considerados, nessa dimensão, indicadores que incluíam aspectos relacionados à educação, emprego e renda, habitação e saúde. O resultado do relatório aponta realidades distintas em Minas Gerais. No Norte do Estado, a maioria dos municípios (73%) se encontra em situação bastante vulnerável, sendo predominante a precária e baixa garantia. Na região Sul, a situação é contrária, com 37% dos municípios apresentando alta garantia.

## **Violência**

Para o levantamento de dados de 2007 relativos à dimensão "violência", foram considerados três indicadores diretamente ligados à ocorrência de homicídios e às taxas de lesão corporal: taxa de homicídios e tentativa de homicídios por local de ocorrência, taxa de registros de lesão corporal e taxa de homicídios na população masculina.

O mapa da violência mostra que a maior incidência de indicadores de alta e boa garantia está nas macro-regiões Sul (boa 32%; alta 20%), Zona da Mata (boa 20%; alta 23%) e a macrorregião Central (boa 20% e 27% alta).

### **Criança e adolescente**

Para esta dimensão, foram utilizados seis indicadores (todos de 2007): taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de distorção no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino médio, taxa de distorção no ensino médio, taxa de internação por doença e taxa de internação de crianças até 14 anos por agressão.

Com base nestes indicadores, a macrorregião do Jequitinhonha/Mucuri possui a maioria dos índices em precária garantia (65%), 21% em baixa e apenas 6,6 dos municípios em boa garantia.

Já na macrorregião Norte de Minas, 12% das cidades estão com alta garantia, 14% com boa, 22% com média, 25% com baixa e 24% com garantia precária.

### **Mulher**

Para análise da garantia dos direitos da mulher, os indicadores foram relacionados a questões sobre saúde materna, violência contra a mulher, participação da mulher no mercado de trabalho (formal e informal) e na política eleitoral, mulheres sem cônjuge e com filhos menores.

Ao visualizar os dados, observa-se, por exemplo, que na macrorregião do Alto Paranaíba, 29% de seus municípios apresentam índices de alta garantia de direitos humanos para as mulheres. Os dados demonstram ainda que 16% dos municípios desta região apresentam boa garantia; 19% média garantia; e 16% baixa garantia.

Olhando para as micro-regiões, Patrocínio se destaca, com 36,4% de alta garantia de direitos humanos para a mulher. A microrregião de Araxá, porém, apresenta um percentual de 30% em baixa garantia.

### **Sedese divulga relatório que mostra situação dos direitos humanos no Estado de Minas Gerais**

---

Minas Gerais ganhou uma importante ferramenta de trabalho para disseminar ações que assegurem os direitos humanos nos 853 municípios do Estado. O relatório foi divulgado nesta terça-feira (09), pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos e apresenta dados inéditos, coletados junto a instituições oficiais a partir de cinco dimensões: socioeconômica, mulher, negro, violência e criança

e adolescente.

Com base nessas dimensões, a garantia dos direitos humanos foi classificada como alta garantia, boa garantia, média garantia, baixa garantia e precária garantia. Para elaboração do índice de garantia dos direitos humanos foi utilizado como modelo o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos (SIM- DH), desenvolvido na cidade de São Paulo. Em Minas, a diferença é que o modelo foi aplicado em todos os 853 municípios. Não existe nenhum estado no país que tenha um diagnóstico de direitos humanos a partir de coletas junto a instituições oficiais.

O secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Social, Juliano Fisicaro, falou durante entrevista coletiva, que a preocupação do Governo foi elaborar um relatório com foco nas regiões como um todo. "Temos a preocupação de melhorar os municípios que estão na condição precária e baixa e aperfeiçoar os que apresentam boas condições. O Estado desenvolve várias ações voltadas para estes indicadores e o relatório é o primeiro passo para avaliação futura dessas políticas já realizadas. Não podemos pensar em cada município isoladamente, pois as políticas públicas serão direcionadas para as regiões", diz.

O subsecretário de Direitos Humanos, João Batista de Oliveira, ressaltou a importância da elaboração do relatório. "A partir de uma análise qualitativa dos dados será possível coordenar e articular o atendimento às regiões mais prejudicadas e dessa forma mudar a situação daqueles mais prejudicados".

A pesquisa será publicada a cada dois anos. A primeira servirá como parâmetro de comparação para as próximas publicações.

## Negro

Analisando a dimensão negro, foi identificada um alto grau nos indicadores de direitos humanos na macrorregião Norte de Minas. Foram encontrados com precária condição apenas 3,37% dos municípios, enquanto 38% das cidades são identificadas com índices de alta garantia.

Realidade semelhante foi encontrada na macrorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, onde é considerável o número de municípios que apresentam os indicadores alto e bom (33% e 36%, respectivamente), contrastando com a quase desconsiderável incidência de indicadores de baixa ou precária garantias (3,03% e 1,52%, respectivamente).

A dimensão negro foi analisada com base em três indicadores (1° - comparação entre o percentual de negros que recebem até um salário mínimo e o percentual de não negros que recebem até um salário mínimo; 2° - total de mulheres negras de 10 a 17 anos, com filhos, em relação ao total de mulheres de 10 a 17 anos, com filhos, nos municípios; 3° - diferencial nos percentuais de analfabetos das populações declaradas negras e não negras).

### Socioeconômico

Foram considerados, nessa dimensão, indicadores que incluíam aspectos relacionados a educação, emprego e renda, habitação e saúde. O resultado do relatório aponta realidades distintas em Minas Gerais. No Norte do estado, a maioria dos municípios (73%) se encontra em situação bastante vulnerável, sendo predominante a precária e baixa garantia. Na região Sul, a situação é contrária, com 37% dos municípios apresentando alta garantia.

### Violência

Para o levantamento de dados de 2007 relativos à dimensão violência, foram considerados três indicadores diretamente ligados à ocorrência de homicídios e às taxas de lesão corporal: taxa de homicídios e tentativa de homicídios por local de ocorrência, taxa de registros de lesão corporal e taxa de homicídios na população masculina.

O mapa da violência mostra que a maior incidência de indicadores de alta e boa garantia está nas macro-regiões Sul (boa 32%; alta 20%), Zona da Mata (boa 20%; alta 23%) e a macrorregião Central (boa 20% e 27% alta).

## Criança e adolescente

Para esta dimensão foram utilizados seis indicadores (todos de 2007): taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de distorção no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino médio, taxa de distorção no ensino médio, taxa de internação por doença e taxa de internação de crianças até 14 anos por agressão.

Com base nestes indicadores, a macrorregião do Jequitinhonha/ Mucuri possui a maioria dos índices em precária garantia (65%), 21% em baixa e apenas 6,6 dos municípios em boa garantia. Já na macrorregião Norte de Minas, 12% das cidades estão com alta garantia, 14% com boa, 22% com média, 25% com baixa e 24% com garantia precária.

## Mulher

Para análise da dimensão Mulher, os indicadores foram relacionados a questões sobre saúde materna, violência contra a mulher, participação da mulher no mercado de trabalho (formal e informal) e na política eleitoral, mulheres sem cônjuge e com filhos menores.

Ao visualizar os dados, observa-se, por exemplo, que na macrorregião do Alto Paranaíba, 29% de seus municípios apresentam índices de alta garantia de direitos humanos para as mulheres. Os dados demonstram ainda que 16% dos municípios desta região apresentam boa garantia; 19% média garantia; e 16% baixa garantia. Olhando para as microrregiões, Patrocínio se destaca, com 36,4% de alta garantia de direitos humanos para a mulher. A microrregião de Araxá, porém, apresenta um percentual de 30% em baixa garantia.

## 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

A divulgação do relatório é uma das ações da Subsecretaria de Direitos Humanos na semana de comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro. A programação prevê várias ações durante toda a semana.

Também participaram da coletiva a coordenadora Especial de Política Pró-Criança e Adolescente, Fernanda Martins, a diretora do Observatório de Direitos Humanos, Raquel Brandão e a superintendente de Integração de Política de Direitos Humanos, Márcia Martini.



[WWW.dhnet.org.br](http://WWW.dhnet.org.br)